

SIRGO — Associação Cultural e de Defesa do Património de Sendim;
 Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho de Bombarral;
 BIT9 — Associação Juvenil da Fajã;
 ADRIP — Associação para a Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Vila Nova de Cacela;
 Marca — Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo;
 Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure;
 FORESTIS — Associação Florestal de Portugal;
 Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro;
 Grupo de Intervenção e de Sensibilização Ambiental — GISA;
 ARMERIA — Movimento Ambientalista de Peniche;
 EURONATURA;
 AFLOPS — Associação de Produtores Florestais de Setúbal;
 Clube de Canoagem da Vila de Corroios;
 AZIMUTE — Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente;
 PALOMBAR — Associação de Proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste;
 VENTO NORTE — Associação de Defesa do Ambiente e Ocupação dos Tempos Livres;
 TERRAS DENTRO — Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais;
 Associação de Produtores Florestais da Beira Interior AFLOBEI;
 Associação de Moradores e Amigos das Freguesias de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém;
 Associação dos Amigos da Penha (ADAPENHA);
 ALDEIA — Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente;
 Transumância e Natureza Associação.

9 de Janeiro de 2006. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Maria Fernanda Santiago*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho conjunto n.º 92/2006. — Pretende a AENOR — Auto Estradas do Norte, S. A., promover a construção da A 7/IC 5/IC 25: Fafe-IP 3, sublanço Ribeira de Pena-IP 3 (Vila Pouca de Aguiar — lote 8), no concelho de Ribeira de Pena, utilizando para o efeito 149 165 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Ribeira de Pena, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/96, de 22 de Agosto.

Considerando que o projecto faz parte do Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, que tem como principais objectivos assegurar o crescimento económico, diminuir os custos de operação e facilitar a competitividade das actividades económicas e possibilitar um urbanismo menos concentrado e a melhoria do meio ambiente;

Considerando que esta infra-estrutura rodoviária irá contribuir de uma forma decisiva para o desenvolvimento económico e social da região, para uma melhoria das condições de vida dos cidadãos e das populações, facilitando o acesso ao exterior através de uma inquestionável melhoria da qualidade, da segurança e da rapidez de circulação de pessoas e bens, indo ao encontro das exigências do desenvolvimento moderno;

Considerando, nestes termos, tratar-se de um projecto de reconhecido interesse municipal e público;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Ribeira da Pena, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/95, de 11 de Janeiro, não obsta à realização das obras de construção desta via;

Considerando que o projecto foi sujeito a avaliação de impacte ambiental;

Considerando o teor favorável da declaração de impacte ambiental condicionada ao cumprimento das medidas propostas no estudo de impacte ambiental e aceites pela comissão de avaliação, bem como das medidas descritas no parecer da comissão de avaliação sobre o

relatório de conformidade ambiental do projecto de execução (RECAPE);

Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, condicionado ao cumprimento das condicionantes supra mencionadas;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e tendo presente a delegação de competências do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional no Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, prevista no despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da construção da A 7/IC 5/IC 25: Fafe-IP 3, sublanço Ribeira de Pena-IP 3 (Vila Pouca de Aguiar — lote 8), no concelho de Ribeira de Pena, sujeito ao cumprimento das medidas acima referidas, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

24 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferreira*. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*, Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 2214/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão Financeira e Patrimonial, constante da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, e do despacho n.º 14 749/2004 (2.ª série), de 23 de Julho, o técnico superior licenciado em Economia António José Velez Neves.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado, no seu conhecimento interno das diversas unidades orgânicas da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e especificidades associadas, na sua capacidade de liderança, coordenação e experiência profissional na área a que se candidata, tendo ainda como suporte o respectivo currículo.

9 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais — António José Velez Neves, nascido em 4 de Agosto de 1957, natural de Galveias, residente na Rua dos Combatentes do Ultramar, 4, 2.º, direito, 2675 Odivelas.

Formação académica — licenciado em Economia.

Formação complementar:

Bacharelato em Contabilidade e Administração;
 Curso integrado de especialização em contabilidade pública;
 Frequência do 2.º ano do curso técnico superior de Informática de Gestão;
 Avaliação da capacidade financeira de empresas candidatas a fornecimentos de bens e serviços ao sector público;
 Técnicas de comunicação em público;
 Seminário de revisão do Decreto-Lei n.º 55/95;
 Planeamento e gestão financeira;
 Planeamento e controlo de gestão.

Experiência profissional:

1972 — iniciou a sua actividade na área financeira em empresas turísticas e hoteleiras;
 1993-1994 — ingressou no ex-Instituto Florestal, Divisão de Planeamento, desempenhando funções na área de projectos comu-

nitários, designadamente no âmbito do Plano de Acção Florestal e do Programa de Desenvolvimento Florestal;

1995 — colocado na Divisão de Programação e Gestão Financeira, colaborando na preparação dos orçamentos anuais, no controlo e execução orçamental, bem como na implementação de Planos e Relatórios de Actividades;

1995 — realizou auditorias às ex-Delegações Florestais, bem como auditorias a entidades privadas no âmbito das candidaturas de acções de formação do Fundo Social Europeu;

1997 — na ex-Direcção Geral das Florestas, Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, colaborou na preparação dos orçamentos anuais, planos e relatórios de actividades, análise e gestão financeira e controlo da execução orçamental (Orçamento do Estado, PIDDAC e projectos comunitários), substituindo o chefe de divisão financeira na sua ausência;

Por despacho do director-geral dos Recursos Florestais de 16 de Maio de 2005, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão Financeira e Patrimonial.

Despacho n.º 2215/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão de Controlo e Fiscalização da Circunscrição Florestal do Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, o licenciado em engenharia florestal Eduardo Silva Alves.

A presente nomeação é fundamentada, de acordo com os critérios utilizados, numa classificação elevada, com uma distribuição equilibrada de resultados para as três componentes consideradas (formação académica, capacidade de liderança e coordenação/experiência profissional): para além da licenciatura em Engenharia Florestal, concluiu com êxito o mestrado em Engenharia dos Recursos Florestais; assumiu cargos de direcção com responsabilidades regionais, tendo desempenhado com frequência tarefas de controlo e acompanhamento de projectos e programas de florestação; é numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, apresentando normalmente contribuições orais e escritas relevantes; é considerável a lista de publicações em que participou, tendo, igualmente, desempenhado funções em acções de formação e orientado diversos estágios curriculares.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

Curriculum vitae

Dados pessoais — Eduardo Silva Alves.

Formação académica — licenciado em Engenharia Florestal (1986), concluiu com êxito o mestrado em Engenharia dos Recursos Florestais, com apresentação de dissertação que versou a avaliação da qualidade das estações florestais a partir de propriedades químicas do solo, em povoamentos de pinheiro-bravo no vale do Tâmega.

Iniciou a sua actividade profissional na Circunscrição Florestal de Vila Real, em 1987. Assumiu cargos de direcção com responsabilidades regionais, tendo desempenhado com frequência tarefas de controlo e acompanhamento de projectos e programas de florestação. Coordenou a aplicação local de programas comunitários, nomeadamente do Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92; colaborou com a unidade de gestão da aplicação do PDF e teve responsabilidades delegadas como gestor dos projectos 2080/92 e PAMAF, medida n.º 3.

É numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, apresentando normalmente contribuições orais e escritas relevantes. É considerável a lista de publicações em que participou, tendo, igualmente, desempenhado funções em acções de formação e orientado diversos estágios curriculares.

Despacho n.º 2216/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão Técnica, da Circunscrição Florestal Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, o licenciado em Engenharia Florestal João Paulo Calçada Duarte.

A presente nomeação é fundamentada, de acordo com os critérios utilizados, numa classificação alta, apenas penalizada pela baixa permanência em cargos de chefia: para além da licenciatura em Engenharia Florestal, concluiu com êxito o mestrado em Engenharia da Produção Florestal, tendo apresentada a dissertação «Estudos biométricos em pinheiro-bravo: Configuração do perfil do tronco, volumes e percentagem de casca»; frequentou, ainda, numerosas acções de actualização; participou em vários projectos de investigação e demonstração, com especial incidência em pinheiro-bravo, é numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, onde em muitas das quais tem apresentado comunicações, desempenhou, com

frequência, funções em acções de formação e orientou vários estágios curriculares.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais — João Paulo Calçada Duarte.

Formação académica — licenciado em Engenharia Florestal (1991), concluiu com êxito o mestrado em Engenharia da Produção Florestal, tendo apresentado a dissertação «Estudos biométricos em pinheiro-bravo: Configuração do perfil do tronco, volumes e percentagem de casca» (2001).

Iniciou a sua actividade profissional em 1989 na Circunscrição Florestal de Vila Real, nas áreas de inventário, ordenamento e planeamento florestal.

Frequentou numerosas acções de actualização. Participou em vários projectos de investigação e demonstração, com especial incidência em pinheiro-bravo. Esteve ligado a iniciativas de divulgação e extensão florestal. Acompanhou a elaboração de programas de análise e desenvolvimento regional e PDM. É numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, onde em muitas das quais tem apresentado comunicações. Desempenhou com frequência funções em acções de formação e orientou vários estágios curriculares, sendo numerosa a sua lista de publicações.

Despacho n.º 2217/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão de Caça e Pesca, da Circunscrição Florestal do Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, o licenciado em Engenharia Florestal Rogério Paulo Rodrigues Rodrigues.

A presente nomeação é fundamentada, de acordo com os critérios utilizados, numa classificação alta, sendo apenas penalizado por uma menor experiência em cargos de chefia: para além da licenciatura em Engenharia Florestal, concluiu com êxito o *master* universitário internacional Gestion Y Conservacion de la Fauna Salvage Euro-mediterránea, tendo ainda frequentado numerosas acções de formação; é numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, onde apresentou com frequência comunicações relacionadas com temas de cinegética; participou como formador em diversas acções nomeadamente relacionadas com gestão de zonas de caça; desempenhou igualmente tarefas de organização e gestão de zonas de caça.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Francisco Castro Rego*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais — Rogério Paulo Rodrigues Rodrigues.

Formação académica — licenciado em Engenharia Florestal.

Para além da licenciatura em Engenharia Florestal, concluiu com êxito o *master* universitário internacional Gestion y Conservacion de la Fauna Salvage Euromediterránea, tendo ainda frequentado numerosas acções de formação.

Iniciou a sua actividade profissional em 1988, nas empresas Floresta Verde e EMPORSIL, nas áreas de arborização, exploração e inventário florestal. Em 1993 ingressou na Circunscrição Florestal de Vila Real, da DGF, tendo, a partir de 1998, iniciado actividades regulares na área da cinegética.

Participou como formador em diversas acções, nomeadamente relacionadas com gestão de zonas de caça. Desempenhou igualmente tarefas de organização e gestão de zonas de caça. É numerosa a lista de participações em reuniões técnicas e científicas, onde apresentou com frequência comunicações relacionadas com temas de cinegética. Foi membro da comissão organizadora de diversos eventos nacionais e internacionais, nomeadamente: I Curso de Formação em Gestão de Fauna Selvagem (2001); II Simpósio Internacional sobre Fauna Selvagem (2001) e III International Symposium on Wild Fauna (2003).

Despacho n.º 2218/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por um período de três anos, o cargo de chefe de divisão do Núcleo Florestal do Douro, da Circunscrição Florestal do Norte, constante do anexo II da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, o licenciado em engenharia florestal António Jorge de Sousa Cosme.

A presente nomeação é fundamentada, de acordo com os critérios utilizados, numa classificação alta, tendo o visado uma importante